



**ILUSTRÍSSIMO SR. SECRETÁRIO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO DO TRIBUNAL  
DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

Como pregoeira incumbida de realizar o procedimento licitatório, na modalidade Pregão, sob o nº 50/2013, que tem como objeto contratação de empresa para prestação de serviço de brigada de incêndio no âmbito do TCDF, venho submeter à sua apreciação os recursos apresentados pelas licitantes COMANDO FORMAÇÃO DE BOMBEIROS PARTICULARES LTDA, CNPJ 07.675.984/0001-50 (fls. 681/684), e ZP CONSERVAÇÃO E LIMPEZA LTDA, CNPJ 03.073.654/0001-33 (fls. 690/693), doravante denominadas RECORRENTES, contra os atos que culminaram na recusa da proposta da empresa COMANDO FORMAÇÃO DE BOMBEIROS PARTICULARES LTDA – ME, bem como na aceitação da proposta e habilitação do objeto do Pregão em epígrafe, para a empresa CITY SERVICE SEGURANÇA LTDA – doravante denominada RECORRIDA.

**DO RECURSO**

2. A RECORRENTE COMANDO FORMAÇÃO DE BOMBEIROS PARTICULARES LTDA alega em sua peça recursal, em síntese, que:

2.1 a desclassificação de sua proposta em virtude do não cumprimento do item 14.3, VIII do Edital:

*“VIII. Informar, nos termos do art. 31, § 4º, da Lei nº 8.666/93, por meio de declaração, conforme modelo no Anexo VI, relação de compromissos assumidos, demonstrando que a soma do valor mensal dos contratos firmados com a administração pública e/ou com a iniciativa*



*privada, vigentes na data prevista para apresentação da proposta, não é superior a 100% (cem por cento) do patrimônio líquido;”*

“não merece prosperar e deve ser urgentemente revogada”, vez que o fato dela ter apresentado declaração contendo relação de contratos firmados em vigência na data da apresentação da proposta com valores menores que os reais não passou de um mero erro material;

2.2 houve erro formal ao indicar, incorretamente, o valor do contrato com o SERPRO como sendo igual a R\$ 53.273,63, pois este seria, na verdade, o valor do contrato firmado com a FUNARTE;

2.3 a diferença da soma dos valores indicados por ela com a soma real dos valores mensais dos contratos é de “EXATOS R\$ 10.000,00 (dez mil reais). Sendo que destes, R\$ 5.000,00 está na diferença do valor indicado erroneamente no contrato firmado com a EBC como sendo R\$ 71.581,12, e o valor real do referido contrato que é de R\$ 76.581,12. E os outros R\$ 5.000,00, é justamente a diferença do valor indicado incorretamente como sendo o valor do contrato firmado com a FUNARTE (R\$ 51.232,91) e com o valor correto do contrato firmado com o SERPRO (R\$ 56.232,91)”;

2.4 sua desclassificação deve ser revista, apesar de a soma dos valores corretos referente aos contratos por ela declarados ultrapassar o valor de seu patrimônio líquido, tendo em vista que dois dos quatro contratos declarados terem sido firmados após o fechamento do Balanço de 2012, razão pela qual seus valores não deveriam ser contabilizados para fins do disposto na alínea VIII do item 14.3 do Edital. Ou seja, argumenta que apenas o valor do contrato com o MTE (R\$ 100.833,33) e o do contrato com o SERPRO (R\$ 56.232,91) deveriam ser somados na mencionada declaração de relação de compromisso e, assim, a soma dos



valores mensais (R\$ 157.066,24) estaria, significativamente, menor que o patrimônio líquido da empresa (R\$ 282.540,60);

2.5 a empresa CITY SERVICE, declarada vencedora do certame, deve ser desclassificada, vez que por ser optante pelo lucro real cotou erroneamente seus tributos, bem como não apresentou o documento referente à alínea IX do item 14.3 do Edital:

*“IX. Declaração, nos termos do no art.30, II e §6º da Lei nº 8.666/93, de que, quando da assinatura do contrato, disporá de sede, filial ou escritório em Brasília-DF, local no qual serão prestados os serviços, dotado de infraestrutura administrativa e técnica adequadas, com recursos humanos qualificados, necessários e suficientes para a prestação dos serviços contratados”;*

E, ainda, que a RECORRIDA deixou de apresentar os documentos relacionados no item 14.3.1 do Edital:

*“14.3.1 A comprovação de vinculação do(s) profissional(is) detentor(es) do acervo técnico deverá ocorrer previamente à contratação e atender os seguintes requisitos:*

*a) Sócio - cópia autenticada do contrato social ou estatuto social, devidamente registrado no órgão competente.*

*b) Diretor - cópia autenticada do contrato social em se tratando de firma individual ou limitada ou cópia da ata de eleição devidamente publicada na imprensa, em se tratando de sociedade anônima.*

*c) Empregado - cópia autenticada da ficha ou livro de registro de empregado registrada na DRT, ou ainda, cópia autenticada da Carteira de Trabalho e Previdência Social.*

*d) Autônomo prestador de serviço - cópia autenticada do contrato de prestação de serviços compatíveis com o objeto desta licitação.”*

3. Ao final, requer que seja reconsiderada/revogada a decisão que a desclassificou.

4. Já a RECORRENTE ZP CONSERVAÇÃO E LIMPEZA LTDA. alega em sua peça recursal que a proposta apresentada pela empresa CITY SERVICE SEGURANÇA LTDA., não contém a Declaração exigida pela alínea IX do item 14.3 do Capítulo XIV do Edital, bem como que as alíquotas para o PIS e COFINS constantes da proposta de preços da vencedora do certame não estão condizentes



com o regime de tributação pelo lucro real, declarado pela CITY SERVICE, tecendo, em síntese, as seguintes considerações:

4.1 a empresa CITY SERVICE não apresentou declaração expressa, nos termos do art. 30, II e §6º da Lei nº 8.666/93, de que, quando da assinatura do contrato, disporá de sede, filial ou escritório em Brasília-DF, local no qual serão prestados os serviços, dotado de infraestrutura administrativa e técnica adequadas, com recursos humanos qualificados, necessários e suficientes para a prestação dos serviços contratados, conforme exigido pelo inciso IX do item 14.3 do Capítulo XIV do Edital. Este fato foi devidamente “impugnado” pelas demais licitantes, mas não foi apreciado, restando, pois, a proposta apresentada pela CITY SERVICE, em total desconsonância com as normas editalícias e, em afronta direta aos normativos contidos na Lei 8.666/93;

4.2 o item 9.5.7 do Anexo I do Edital exige que a licitante deverá informar e observar o regime de tributação ao qual está submetida, inclusive no tocante à incidência das alíquotas de ISS, PIS e COFINS sobre seu faturamento, consoante as Leis nºs 10.637/2002 e 10.833/2003, e Lei Complementar nº 123/06, no caso de micro e pequenas empresas optantes pelo Simples Nacional. A empresa CITY SERVICE cotou em sua proposta as alíquotas de 0,65% para o PIS e 3,65% para o COFINS (incidência cumulativa), quando o certo seriam as alíquotas de 1,65% para o PIS e 7,60% para o COFINS (incidência não cumulativa). Essa empresa, apesar de ser optante pelo Sistema de Lucro Real, justificou esse erro invocando o art. 10, inciso I da Lei nº 10.833/2003, que redundaria no regime de incidência cumulativa. Entretanto, não foi observada que a Lei nº 10.833/2003 faz referência expressa à Lei nº 9.718/98, que é clara a dispor que empresas cujo regime adotado de LUCRO REAL, poderiam utilizar a alíquota de 3% sobre o CONFINS, para efeito de cálculo tributário, eis que parte da aludida Lei foi revogada pela MP



2.158-35 de 2001. Assim, qualquer benefício trazido pela Lei nº 10.833/2003, que permitiria o cálculo em alíquota reduzida de PIS e CONFINS, arguida pela empresa CITY SERVICE, é soterrada pela MP 2.158-35 de 2001, quando a mesma revoga a diferenciação de alíquota de 3% dadas a empresas optantes pelo regime de LUCRO REAL, que passa a ser tributada pelo Regime de Incidência Não-Cumulativa, que prevê alíquotas para estes impostos da seguinte forma: PIS 1,65% e CONFINS 7,6%. Dessa forma, a proposta dessa empresa foi elaborada com alíquotas inferiores às permitidas nas normas legais, o que macula as normas editalícias, seja oferecendo vantagem indevida à Administração em razão das demais licitantes terem corretamente apresentado suas planilhas que englobam os impostos PIS e CONFINS, ou ainda, por ter apresentado proposta inexecutável, visto que, não terá como arcar com as despesas concernentes ao Contrato a ser assinado, que culminará em futuro e certo prejuízo à Administração Pública.

5. Por fim, a RECORRENTE ZP CONSERVAÇÃO E LIMPEZA LTDA., requer a desclassificação da proposta da empresa CITY SERVICE SEGURANÇA LTDA. com a convocação da empresa seguinte na ordem de classificação para apresentação de proposta comercial.

### **DAS CONTRARRAZÕES**

6. No prazo previsto no inciso XVIII, do art. 4º da Lei nº 10.520/02, a RECORRIDA registrou suas contrarrazões no Sistema do Comprasnet (fls. 698/702), das quais apresentamos, preliminarmente, os seguintes argumentos



referentes ao recurso interposto pela empresa COMANDO FORMAÇÃO DE BOMBEIROS PARTICULARES LTDA:

6.1 Quanto à alegação da RECORRENTE de que a diferença entre os valores declarados na relação de compromissos e os valores constantes nos extratos de contratos publicados na imprensa oficial, no montante de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) não passou de mero erro, a RECORRIDA sugere que o recurso tenha sido interposto mais no intuito de evitar a punição da RECORRENTE pela declaração falsa apresentada, do que desclassificar a empresa vencedora do certame. Tal argumento decorre do fato de que a referida diferença fez com que a soma dos valores mensais dos contratos declarados pela RECORRENTE (R\$ 276.920,99) fosse inferior a 100% de seu patrimônio líquido (R\$ 282.540,60). Por fim, conclui que com a correção dos valores declarados, a soma dos valores mensais de todos os contratos é superior ao patrimônio líquido da RECORRENTE, e, assim, fica evidenciado o não cumprimento das exigências editalícias.

6.2 Acrescenta que a empresa COMANDO ao alegar que dois de seus contratos foram firmados em 14/12/2012 e 19/06/2013 e, por isso, não deveriam ser contabilizados, estaria interpretando unilateralmente as cláusulas do Edital, “tentando justificar o injustificável”, visto que o item 14.3, VIII, do Edital dispõe que “a empresa deverá apresentar a relação de compromissos assumidos, demonstrando que a soma do valor mensal dos contratos firmados com a administração pública e/ou com a iniciativa privada, vigentes na data prevista para apresentação da proposta, não é superior a 100% (cem por cento) do patrimônio líquido. Não cabe a recorrente interpretar a cláusula do edital, tentando vincular valores dos contratos com a assinatura dos mesmos”.



6.3 Quanto ao argumento sobre a suposta cotação errônea das alíquotas de PIS e COFINS, a RECORRIDA ressalta que os percentuais de 0,65% para PIS e 3,0% para COFINS por ela aplicados estão de acordo com a lei. Esclarece que a contribuição para o PIS/PASEP e COFINS possui regime de apuração de incidência cumulativa, de incidência não-cumulativa além de regimes especiais. Relata que:

*“No Regime de incidência cumulativa a base de cálculo é o total das receitas da pessoa jurídica, sem deduções em relação a custos, despesas e encargos. Nesse regime, as alíquotas da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins são, respectivamente, de 0,65% e de 3%.*

*As pessoas jurídicas de direito privado, e as que lhe são equiparadas pela legislação do imposto de renda, que apuram o IRPJ com base no lucro presumido ou arbitrado estão sujeitas à incidência cumulativa.*

*(...)*

*No Regime de incidência não-cumulativa a Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins foram instituídos em dezembro de 2002 e fevereiro de 2004, respectivamente. O diploma legal da Contribuição para o PIS/Pasep não-cumulativa é a Lei nº 10.637, de 2002, e o da Cofins a Lei nº 10.833, de 2003, e permite o desconto de créditos apurados com base em custos, despesas e encargos da pessoa jurídica. Nesse regime, as alíquotas da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins são, respectivamente, de 1,65% e de 7,6%.*

*Contudo, as pessoas jurídicas de direito privado e as que lhe são equiparadas pela legislação do imposto de renda, que apuram o IRPJ com base no lucro real, estão sujeitas à incidência não-cumulativa, exceto: as instituições financeiras, as cooperativas de crédito, as pessoas jurídicas que tenham por objeto a securitização de créditos imobiliários e financeiros, as operadoras de planos de assistência à saúde, as empresas particulares que exploram serviços de vigilância e de transporte de valores de que trata a Lei nº 7.102, de 1983, e as sociedades cooperativas (exceto as sociedades cooperativas de produção agropecuária e as sociedades cooperativas de consumo).*

*Em suma, o inciso I, do art. 10 da Lei 10.833/2003 e 10.637/2002, dispõem que as pessoas jurídicas referidas na Lei 7.102/83, mesmo que optarem pelo Lucro Real, deverão apurar o PIS e a COFINS pela sistemática cumulativa, ou seja, com base nos percentuais de 0,65% e 3,0% sobre a receita bruta, sem o aproveitamento de créditos.”*

Diante do exposto, argumenta que não há que se falar em incorreções nos percentuais inseridos na planilha da RECORRIDA.





6.4 No tocante à menção da ausência dos documentos elencados no subitem 14.3.1 do Edital, argumenta que, conforme disposto no Edital, a comprovação de vinculação do(s) profissional(is) detentor(es) do acervo técnico deverá ocorrer previamente à contratação, “ou seja, uma vez declarada a empresa vencedora, ao assinar o contrato, esta deverá apresentar a comprovação mencionada”.

6.5 Por fim, visto que, segundo ela, as alíquotas inseridas nas planilhas seguiram estritamente os ditames da lei e que o suposto erro formal da RECORRENTE na verdade trata-se de vício insanável, pugna que o recurso aviado pela empresa COMANDO FORMAÇÃO DE BOMBEIROS PARTICULARES LTDA-ME seja improvido e consequentemente rejeitado e requer, ainda, que seja aplicada à RECORRENTE, a penalidade de impedimento de licitar com o Governo do Distrito Federal, tendo em vista a declaração falsa formulada pela RECORRENTE.

7. Em relação aos argumentos apresentados pela empresa ZP CONSERVAÇÃO E LIMPEZA LTDA, a RECORRIDA registrou no sistema Comprasnet as seguintes Contrarrazões:

7.1 Quanto ao argumento de que a RECORRIDA deixou de apresentar a declaração “nos termos do art. 30, II e §6º da Lei nº 8.666/93, de que, quando da assinatura do contrato, disporá de sede, filial ou escritório em Brasília-DF, local no qual serão prestados os serviços, dotado de infraestrutura administrativa e técnica adequadas, com recursos humanos qualificados, necessários e suficientes para a prestação dos serviços contratados” (item 14.3, XI, do Edital), a RECORRIDA frisou que a sede de sua empresa é em Brasília, conforme depreende-se do cartão CNPJ e demais documentos carreados aos processo de





licitação. Questiona qual o sentido da declaração para uma empresa com sede em Brasília e sem filiais?

7.2 Quanto ao argumento de que as alíquotas de 0,65% para PIS e 3,65% para COFINS utilizadas pela RECORRIDA na elaboração de sua planilha, supostamente viciam sua proposta, ressalta que o percentual apresentado pela RECORRIDA foi de 3% para COFINS e não 3,65%, conforme informado pela RECORRENTE. E, a seguir, discorreu os mesmos argumentos apresentados em sua defesa frente à empresa COMANDO, sintetizados no parágrafo 6.3 acima, reafirmando que não há que se falar em incorreções nos percentuais inseridos em sua planilha posto que o inciso I, do artigo 10 da Lei nº 10.833/2003 e Lei nº 10.637/2002, permite que as pessoas jurídicas referidas na Lei nº 7.102/83, mesmo que optarem pelo Lucro Real, deverão apurar o PIS e a COFINS pela sistemática cumulativa, ou seja, com base nos percentuais de 0,65% e 3,0% sobre a receita bruta, sem o aproveitamento de créditos.

7.3 Dessa forma, considerando que possui sede em Brasília e que as alíquotas inseridas nas planilhas seguiram estritamente os ditames da lei, a RECORRIDA requer que o recurso aviado pela empresa ZP CONSERVAÇÃO E LIMPEZA LTDA seja improvido e consequentemente rejeitado.

### **DOS COMENTÁRIOS**

8. Passamos agora a analisar os recursos das empresas COMANDO FORMAÇÃO DE BOMBEIROS PARTICULARES LTDA-ME, e ZP CONSERVAÇÃO E LIMPEZA LTDA., e as contrarrazões apresentadas pela empresa CITY SERVICE SEGURANÇA LTDA.



9. Com relação ao recurso da empresa COMANDO FORMAÇÃO DE BOMBEIROS PARTICULARES LTDA-ME, cabe esclarecer que o Anexo VI do Edital, **MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONTRATOS FIRMADOS COM A INICIATIVA PRIVADA E COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA** (fls. 402), prevê a realização de diligência para confirmação da veracidade das informações prestadas:

**“COMPROVAÇÃO DO REQUISITO CONSTANTE DA ALÍNEA VIII DO ITEM 14.3 DO EDITAL**

*Cálculo demonstrativo visando comprovar que o patrimônio líquido é igual ou superior a soma mensal do valor dos contratos firmados com a administração pública e com a iniciativa privada.*

$$\frac{\text{Valor do Patrimônio Líquido}}{\text{Valor total mensal dos contratos}} \geq 1$$

*Obs.: 1 ) Esse resultado deverá ser maior ou igual a 1.*

***2) A critério do Pregoeiro poderão ser promovidas diligências para confirmação da veracidade das informações prestadas, nos termos do art. 43, §3º da Lei nº 8.666/93.”(Grifamos)***

10. Desta feita, esta pregoeira efetuou pesquisa na imprensa oficial a fim de confirmar os valores declarados pela RECORRENTE tendo em vista que o índice apresentado pela empresa estava muito próximo ao limite estabelecido no edital (Resultado = 1,02, cf. Declaração de fls. 525).

11. Assim, pôde constatar que dos quatro contratos declarados pela RECORRENTE, dois estavam com valores a menor. Vejamos:

11.1 Extrato de Termo Aditivo nº 1/2013, Contrato nº 33/2012 (fls. 526);

Órgão: Ministério do Trabalho e Emprego – MTE;

Data de Publicação: DOU nº 174, Seção 3, de 09/09/2013, pág. 152;

Vigência: 05/09/2013 a 05/09/2014;

Valor Total: R\$ 1.209.999,99 (12 meses);

Valor mensal: R\$ 100.833,33;

Valor declarado pela RECORRENTE: R\$ 100.833,33 (fls. 525).

11.2 Extrato de Contrato nº 49739/2012 (fls. 527);

Órgão: Serviço Federal de Processamento de Dados – SERPRO;



Data de Publicação: DOU nº 203, Seção 3, de 19/10/2012, pág. 133;  
Vigência: 15/10/2012 a 14/10/2013;  
Valor Total: R\$ 639.283,59 (12 meses);  
Valor mensal: R\$ 53.273,63;  
Valor declarado pela RECORRENTE: R\$ 53.273,63 (fls. 525).

11.3 Extrato de Contratos (fls. 528)

Órgão: Empresa Brasil de Comunicação S/A – EBC;  
Data de Publicação: DOU nº 57, Seção 3, de 25/03/2013, pág. 1/2;  
Vigência: 26/03/2013 a 26/03/2014;  
Valor mensal: R\$ 76.581,12;  
Valor declarado pela RECORRENTE: **R\$ 71.581,12** (fls. 525).  
**Diferença entre o valor publicado na imprensa oficial e o valor declarado = R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).**

11.4 Extrato de Contrato nº 74/2013 (fls. 529)

Órgão: Fundação Nacional de Artes - FUNARTE  
Data de Publicação: DOU nº 117, Seção 3, de 20/06/2013, pág. 11;  
Vigência: 19/06/2013 a 18/06/2014;  
Valor Total: R\$ 674.794,96 (12 meses)  
Valor mensal: R\$ 56.232,91;  
Valor declarado pela RECORRENTE: **R\$ 51.232,91** (fls. 525).  
**Diferença entre o valor publicado na imprensa oficial e o valor declarado = R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).**

12. Ocorre que, ao somarmos os valores mensais dos quatro contratos vigentes na data de abertura do certame, obtemos o montante de R\$ 286.920,99, ou seja, exatamente R\$ 10.000,00 (dez mil reais) a mais do que o valor declarado pela RECORRENTE às fls. 525 e superior ao valor de seu Patrimônio Líquido apurado no Balanço Patrimonial de 2012 que é da ordem de R\$ 282.540,60 (fls. 521).

$$\frac{\text{Patrimônio Líquido}}{\text{Valor Mensal dos Contratos}^1} = \frac{\text{R\$ 282.540,60}}{\text{R\$ 286.920,99}} = 0,98$$

<sup>1</sup> Contratos vigentes na data de abertura do certame.



13. Portanto, conforme demonstrado acima, o índice correto seria de 0,98. Dessa forma, a pregoeira teve que desclassificar a proposta da RECORRENTE uma vez que esta não atendeu ao disposto na alínea VIII do item 14.3 do Edital (fls. 335):

*“14.3 O licitante deverá apresentar a seguinte documentação complementar:*

*(...)*

*VIII. Informar, nos termos do art. 31, § 4º, da Lei nº 8.666/93, por meio de declaração, conforme modelo no Anexo VI, relação de compromissos assumidos, demonstrando que a soma do valor mensal dos contratos firmados com a administração pública e/ou com a iniciativa privada, vigentes na data prevista para apresentação da proposta, não é superior a 100% (cem por cento) do patrimônio líquido;”(Grifamos)*

14. Todavia, a RECORRENTE inconformada com a desclassificação de sua proposta alegou em sua defesa que a diferença entre o valor declarado e o valor correto não passa de um “mero erro material” passível de correção<sup>2</sup>. Em outras palavras, a RECORRENTE assevera que a declaração falsa decorre por culpa e não por dolo.

15. Visando corroborar nosso entendimento, trazemos a baila as seguintes jurisprudências:

**“ADMINISTRATIVO E PROCESSO CIVIL. LICITAÇÃO. DECLARAÇÃO FALSA. INIDONEIDADE. CAUTELAR. AÇÃO PRINCIPAL. VÍNCULO.**

**1. A falsa declaração em procedimento licitatório autoriza a desclassificação do candidato por inidoneidade, máxime se isto se encontrava previsto no respectivo edital.**

**2. Julgado improcedente o pedido formulado na ação principal, afigura-se contraditório ao julgador admitir, na cautelar vinculada, a presença da aparência do bom direito em favor daquele que se reconheceu não existir o direito reclamado.” (TJDF – APC 55692-**

<sup>2</sup> Cabe ressaltar que a RECORRENTE, na tentativa de justificar seu erro, afirmou que havia três valores errados em sua declaração acostada às fls. 525 e que o valor de R\$ 53.273,63, declarado como sendo referente ao contrato firmado com o SERPRO, seria na verdade o valor do contrato com a FUNARTE. Entretanto, ao observar os extratos dos contratos publicados no Diário Oficial da União (fls. 526/529) verifica-se que apenas dois valores estão errados e que o valor total do contrato firmado com o SERPRO é de R\$ 639.283,59 referentes a doze meses de prestação de serviços (fls. 527), o que corresponde a R\$ 53.273,63 mensais, enquanto que o valor total do contrato firmado com a FUNARTE é de R\$ 674.794,96, referente a doze meses (fls. 529), correspondendo a R\$ 56.232,91 mensais. Logo, não houve equívoco no valor declarado referente ao contrato com o SERPRO, mas sim na argumentação constante do recurso da RECORRENTE.



6/98, Relator Desembargador Valter Xavier, DJU SECAO 3 : 19/04/2000 . Pág.: 8)

**“ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. DECLARAÇÃO PASSADA PELO IMPETRANTE, EM DESACORDO COM A REALIDADE FÁTICA. DESCLASSIFICAÇÃO. SEGURANÇA DENEGADA.** Se os autos revelam que o impetrante atropelou o edital, fazendo declaração que não corresponde à realidade fática, denega-se a segurança impetrada.” (TJDF – MSG 7352/97, Relator Desembargador Romão C. Oliveira, Conselho Especial, DJDF 01.04.98)

**“ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. DECLARAÇÃO NÃO VERDADEIRA. INIDONEIDADE.** Tem-se como lícita a declaração de inidoneidade e a desclassificação daquele que, em certame público, presta informações não correspondentes à realidade dos fatos.” (TJDF – APC nº 55692-6/98, Relator Desembargador Valter Xavier, 1ª Turma Cível, DJU SECAO 3 : 14/11/2000 . Pág.: 13)

**“REPRESENTAÇÃO. PARTICIPAÇÃO INDEVIDA DE EMPRESA EM LICITAÇÕES EXCLUSIVAS PARA EMPRESAS DE MICRO E PEQUENO PORTE, NOS TERMOS DA LC 123/2006, SEM QUE A LICITANTE DETIVESSE TAIS CONDIÇÕES. PRESTAÇÃO DE DECLARAÇÃO INVERÍDICA À ADMINISTRAÇÃO CONTRATANTE. CONHECIMENTO DA REPRESENTAÇÃO. PROCEDÊNCIA. DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR COM A ADMINISTRAÇÃO FEDERAL. REPRESENTAÇÃO AO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL E À RECEITA FEDERAL DO BRASIL. CIÊNCIA AOS INTERESSADOS. APENSAMENTO.** (TCU – ACÓRDÃO nº 206/2013 – Plenário)

16. Para afastar o dolo, a RECORRENTE argumenta que nos dois contratos em que houve diferença de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) entre o valor registrado e o valor correto da contratação “até os centavos coincidem”.

17. Cabe observar que os algarismos 1 e 6 encontram-se em posições bem distantes no teclado, dessa forma, descarta-se a possibilidade de erro de digitação.

18. Também não deve prevalecer a possibilidade de erro algébrico no valor referente ao contrato da FUNARTE, tendo em vista que o valor foi falseado apenas no segundo dígito, restando os demais dígitos corretos.

19. Ora, se a declaração da RECORRENTE tivesse sido apresentada no início do certame, tal conduta não poderia ser considerada como documento



revestido de falso ideológico. No entanto, quando da apresentação do documento, a RECORRENTE já tinha conhecimento de sua condição de primeira colocada, o que evidencia prejuízo a direito de terceiros (segunda e demais licitantes) ou alteração da verdade sobre fatos juridicamente relevantes, vez que a declaração com os valores corretos não atenderia aos critérios de habilitação e implicaria em sua desclassificação. A mais ver, está comprovada a vontade livre e consciente de falsificar ou alterar o documento, com consciência da possibilidade lesiva ao interesse de terceiro ou a intenção de beneficiar-se na concorrência com a fraude do documento.

20. Dessa forma, a declaração firmada pela COMANDO FORMAÇÃO DE BOMBEIROS PARTICULARES LTDA, em atenção à alínea VIII do item 14.3 do Edital, verifica-se realmente indícios de falsidade na tentativa de conformação dos dados dos contratos atualmente firmados pela empresa, a fim de atingimento do índice exigido pelo certame, devendo-se analisar o caso à luz do disposto no art. 7º da Lei nº 10.520/02 e no Capítulo XXV do Edital, quando finalizado a etapa licitatória, de forma a que se possa abrir ampla defesa e contraditório à COMANDO com vistas à aplicação das penalidades cabíveis.

21. Em relação ao argumento da RECORRENTE de que os valores referentes aos contratos firmados com a EBC e a FUNARTE não deveriam ser contabilizados para o cálculo demonstrativo visando comprovar que o patrimônio líquido é igual ou superior à soma mensal do valor dos contratos firmados com a administração pública e com a iniciativa privada, tendo em vista que foram firmados em data posterior à do fechamento do balanço patrimonial e não foram efetivamente integralizados ao patrimônio líquido da empresa, cabe lembrar que a alínea VIII do item 14.3 do Edital expressa claramente que deve ser demonstrado na relação de compromissos assumidos que “a soma do valor mensal dos contratos firmados com a administração pública e/ou com a iniciativa privada, **vigentes na data prevista para apresentação da proposta**, não é superior a 100% (cem por cento) do patrimônio líquido”.(Grifamos)

22. Portanto, para fins do disposto na alínea VIII, do item 14.3 do Edital, não há relação entre a data de assinatura do contrato e a data de apuração do





patrimônio líquido. O que deve ser observado é se o contrato está ou não vigente na data de apresentação da proposta. Caso o contrato esteja vigente, o seu valor mensal deve, necessariamente, constar do somatório da relação de compromissos assumidos. Dessa forma, não há possibilidade de se aceitar os argumentos da RECORRENTE, vez que ferem o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, além de ir contra os princípios da isonomia e do julgamento objetivo.

23. Ademais, nos termos do item 3.6 do Capítulo III do Edital, a participação da RECORRENTE no certame, sem que tenha sido tempestivamente impugnado o edital do Pregão nº 50/2013, implicou na plena aceitação por parte dessa das condições estabelecidas em edital.

24. Em relação ao argumento de que a RECORRIDA deixou de apresentar os documentos relacionados no subitem 14.3.1 do Edital, cabe frisar que este dispositivo prevê expressamente que a comprovação de vinculação do(s) profissional(is) detentor(es) do acervo técnico deverá ocorrer previamente à contratação. Assim, não há porque desclassificar ou inhabilitar qualquer empresa pela ausência dessa comprovação.

25. Portanto entende-se que os argumentos trazidos pela RECORRENTE COMANDO para a sua desclassificação são improcedentes, bem como em relação à alegação da ausência dos documentos relativos ao subitem 14.3.1 da RECORRIDA. No que se refere aos argumentos da RECORRENTE COMANDO para a Declaração da alínea IX do item 14.3 do Edital, e alíquotas de PIS e COFINS da RECORRIDA, ambos serão analisados no âmbito do recurso da RECORRENTE ZP por se referirem ao mesmo assunto (§§ 29 a 32).

26. No que tange ao primeiro ponto do recurso da ZP CONSERVAÇÃO E LIMPEZA LTDA. (ausência de declaração expressa, nos termos do art. 30, II e §6º da Lei nº 8.666/93, de que, quando da assinatura do contrato, disporá de sede, filial ou escritório em Brasília-DF) cabe observar que a declaração, emitida pelo Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), exigida pelo o item 14.1 do Edital, para empresa CITY SERVICE SEGURANÇA LTDA (fls. 660) aponta como domicílio fiscal da firma a cidade de Brasília-DF. Além disso, a prova de inscrição ou





registro da empresa e do seu Responsável Técnico, junto ao Conselho Regional de Administração (CRA), acostada às fls. 630, foi emitida pelo Conselho Regional de Administração do Distrito Federal (inciso III do subitem 14.3 do Capítulo XIV do Edital), de igual modo, a declaração de atendimento aos requisitos previstos no art.2º da Lei Distrital nº 4.770/2012 (fls. 629), aponta como endereço da empresa o local de sua sede, localizada no SCIA Qd. 08, conjunto 12, Lote 14, em Brasília – DF.

27. Dessa forma, a declaração, exigida na alínea IX do item 14.3, Capítulo XIV do Edital, no sentido de que a empresa, *“quando da assinatura do contrato, disporá de sede, filial ou escritório em Brasília-DF, local no qual serão prestados os serviços, dotado de infraestrutura administrativa e técnica adequadas, com recursos humanos qualificados, necessários e suficientes para a prestação dos serviços contratados”*, almejou, mormente, resguardar a Administração Pública, sem ferir a competitividade do certame. No caso presente, a empresa já possui sua sede na cidade de Brasília/DF, conforme faz prova a consolidação de seu contrato social (fls. 745/748) e os inúmeros outros documentos juntados aos autos, razão pela qual é dispensável a apresentação de tal declaração.

28. Em relação ao segundo ponto da defesa cabe apontar inicialmente uma falha lógica de argumentação, pois o benefício previsto no art. 10, inciso I da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, não pode ter sido revogado pela Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, uma vez que ao ser editada a Lei nº 10.833/03, a citada medida provisória já havia alterado a Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998.

29. No entanto, cabe esclarecer que, segundo informações extraídas do sítio da Receita Federal do Brasil<sup>3</sup> (fls.753/757), que a Contribuição para o PIS/Pasep e a Cofins, além das duas regras gerais de apuração (incidência não-cumulativa e incidência cumulativa), possuem ainda diversos regimes especiais de apuração. Em geral no Regime de incidência cumulativa, cujas alíquotas da

---

<sup>3</sup> Disponível em:

<<http://www.receita.fazenda.gov.br/pessoajuridica/pispasepcofins/regincidencia.htm#Regime%20de%20incid%C3%Aancia%20n%C3%A3o-cumulativa>> Acesso em 26/09/2013.



Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins são, respectivamente, de 0,65% e de 3%, enquadram-se as pessoas jurídicas de direito privado, que apuram o IRPJ com base no lucro presumido ou arbitrado. Já no Regime de incidência não-cumulativa, cujas alíquotas da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins são, respectivamente, de 1,65% e de 7,6%, enquadram-se as pessoas jurídicas de direito privado, que apuram o IRPJ com base no lucro real, exceto: as instituições financeiras, as cooperativas de crédito, as pessoas jurídicas que tenham por objeto a securitização de créditos imobiliários e financeiros, as operadoras de planos de assistência à saúde, as empresas particulares que exploram serviços de vigilância e de transporte de valores de que trata a Lei nº 7.102, de 1983, e as sociedades cooperativas (exceto as sociedades cooperativas de produção agropecuária e as sociedades cooperativas de consumo).

30. As exceções para a não cumulatividade do PIS e COFINS para empresas de vigilância, mesmo que tributadas pelo regime do lucro real, encontram-se legalmente previstas no art. 10, inciso I da Lei nº 10.833/03, e no art. 8, inciso I da Lei nº 10.637/02, transcritos abaixo:

“Lei nº 10.833/03

*Art. 10. Permanecem sujeitas às normas da legislação da COFINS, vigentes anteriormente a esta Lei, não se lhes aplicando as disposições dos arts. 1º a 8º:*

*I - as pessoas jurídicas referidas nos §§ 6º, 8º e 9º do art. 3º da Lei nº 9.718, de 1998, e na Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983<sup>4</sup>;*

Lei nº 10.637/02

*Art. 8º Permanecem sujeitas às normas da legislação da contribuição para o PIS/Pasep, vigentes anteriormente a esta Lei, não se lhes aplicando as disposições dos arts. 1º a 6º:*

*I – as pessoas jurídicas referidas nos §§ 6º, 8º e 9º do art. 3º da Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998 (parágrafos introduzidos pela Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001), e Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983;”*

<sup>4</sup> “Dispõe sobre segurança para estabelecimentos financeiros, estabelece normas para constituição e funcionamento das empresas particulares que exploram serviços de vigilância e de transporte de valores, e dá outras providências.”



31. Nesse sentido, ressalta-se que a empresa CITY SERVICE SEGURANÇA LTDA. tem como objeto social principal, segundo a cláusula quarta de seu contrato social, acostado às fls. 745/748, a “Prestação de serviços de vigilância armada, desarmada, segurança pessoal privada, escolta armada as instituições financeiras e a outros estabelecimentos e brigada de incêndio, podendo ainda participar de outras empresas como cotistas ou acionista”, o que vem a respaldar a cotação na sua proposta de preços de alíquota de Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins em 0,65% e de 3%, mesmo sendo tributada pelo lucro real, uma vez que a firma se enquadra nas hipóteses previstas no art. 10, inciso I da Lei nº 10.833/03, e no art. 8, inciso I da Lei nº 10.637/02, por ter como atividade principal serviços de vigilância, consoante autorização para funcionamento como empresa de vigilância, emitida pelo Departamento de Polícia Federal, nos termos do art. 14 da Lei nº 7.102/1983 (fls.749/752).

32. Abaixo foram transcritos as ementas das Soluções de Consulta nºs 570/2007 e 212/2008, emitidas pela Secretaria da Receita Federal, que respaldam o entendimento de que empresas de vigilância não se sujeitam ao regime de incidência não cumulativo de PIS e COFINS<sup>5</sup>.

*“SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 570 de 20 de Dezembro de 2007.*

*ASSUNTO: Contribuição para o PIS/Pasep*

*EMENTA: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA. REGIME DE INCIDÊNCIA. As pessoas jurídicas que exerçam as atividade listadas no art. 10 da Lei nº 7.102, de 1983, com as alterações dadas pela Lei nº 8.863, de 1994, e que atendam às condições do art. 14 da mesma Lei, estão sujeitas às normas relativas à Contribuição para o PIS/Pasep vigentes anteriormente à instituição da incidência não-cumulativa desta contribuição”.*

*“SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 570 de 20 de Dezembro de 2007.*

*ASSUNTO: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins*

*EMENTA: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA. REGIME DE INCIDÊNCIA. As pessoas jurídicas que exerçam as atividade listadas no art. 10 da Lei nº 7.102, de 1983, com as alterações dadas pela Lei nº 8.863, de 1994, e que atendam às condições do art. 14*

<sup>5</sup> Disponível em: <<http://decisoes.fazenda.gov.br/netahtml/decisoes/decw/pesquisaSOL.htm>> Acesso em 26/09/2013.



*da mesma Lei, estão sujeitas às normas relativas à Cofins vigentes anteriormente à instituição da incidência não-cumulativa desta contribuição”.*

*“SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 212 de 02 de Julho de 2008.*

*ASSUNTO: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins*

*EMENTA: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA. REGIME DE INCIDÊNCIA. As pessoas jurídicas que exerçam as atividades listadas no art. 10 da Lei nº 7.102, de 1983, com as alterações dadas pela Lei nº 8.863, de 1994, e que atendam às condições do art. 14 da mesma Lei, estão sujeitas às normas relativas à Cofins vigentes anteriormente à instituição da incidência não-cumulativa desta contribuição.”*

*“SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 212 de 02 de Julho de 2008*

*ASSUNTO: Contribuição para o PIS/Pasep*

*EMENTA: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA. REGIME DE INCIDÊNCIA. As pessoas jurídicas que exerçam as atividade listadas no art. 10 da Lei nº 7.102, de 1983, com as alterações dadas pela Lei nº 8.863, de 1994, e que atendam às condições do art. 14 da mesma Lei, estão sujeitas às normas relativas à Contribuição para o PIS/Pasep vigentes anteriormente à instituição da incidência não-cumulativa desta contribuição”.*

33. Ante ao exposto entendo que o recurso interposto pela empresa ZP CONSERVAÇÃO E LIMPEZA LTDA. é improcedente, bem como as razões trazidas pela RECORRENTE COMANDO para ausência da Declaração da alínea IX do item 14.3 do Edital, e alíquotas de PIS e COFINS da RECORRIDA.

### **CONCLUSÃO**

34. Ante o exposto, tendo em conta as alegações apresentadas pelas RECORRENTES, a defesa oferecida pela RECORRIDA e as considerações trazidas



à baila, concluímos pelo indeferimento dos recursos apresentados pelas RECORRENTES.

35. Esclarecemos, por oportuno, que o sistema *ComprasNet* prevê o Pregoeiro como responsável, em primeira instância, pela decisão do recurso, sendo que, em caso de decisão pela improcedência, este automaticamente estabelece um duplo grau de jurisdição, delegando à autoridade competente os poderes para prolatar a decisão final, procedimento esse previsto no item 16.3 do ato convocatório (fls. 339), transcrito a seguir:

*“16.3 As intenções de recurso não admitidas e os recursos rejeitados pelo Pregoeiro serão apreciados pela autoridade competente, que proferirá decisão definitiva antes da homologação do procedimento.”*

36. Assim, a decisão da Pregoeira foi cadastrada no sistema eletrônico, restando pendente a decisão da autoridade competente (fls.     ).

37. Após o lançamento da decisão do recurso, em segunda instância, pela autoridade competente, os autos devem retornar ao Pregoeiro para as medidas concernentes.

À superior consideração.

Brasília (DF), em 4 de outubro de 2013.

**Alessandra Ribeiro Astuti**  
Pregoeira

De acordo.  
À SELIP, em     de outubro de 2013.

**Wildson Prado Oliveira**  
Chefe da SELIC

De acordo.  
À Secretaria Geral de Administração.  
Brasília - DF, em \_\_\_\_ de outubro de 2013.

**Amauri Alves Nery**  
Secretário da SELIP